CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 4222/90 (Ap. DOC-SE-Nº 12/99/90)
INTERESSADA : CARLA AUGUSTA FERNANDES MARCHEZANI
ASSUNTO : Recurso
RELATORA : Consª Domingas Maria do Carmo R. Primiano
PARECER CEE Nº 216/91 APROVADO EM 06/03/91.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

Cuidam os autos de recurso interposto por Maria Irene de Campos contra o resultado da avaliação final de sua filha Carla Augusta Fernandes Marchezani, retida na 6ª série do 1º grau, na E.E.P.G. "Chagas Pereira", em Aparecida, em 1989.

O recurso deu entrada diretamente na Secretaria da Educação, em 02/01/90, alegando a mãe que a reprovação de sua filha deu-se em decorrência da greve dos professores. Que após esse período a aluna regrediu, uma vez que mantinha bom aproveitamento antes. Solicitou, outrossim, que o Sr. Secretario determinasse a aprovação compulsória de sua filha na 6ª serie.

Através do Gabinete da S.E., o Processo foi encaminhado a C.E. I. para informar e, posteriormente a escola para esclarecimentos.

A direção da escola assim se manifestou:

- apesar do ano letivo de 1989 ter sido prejudicado pela greve dos professores, em termos de ansiedade e expectativas, a reposição das aulas foi realizada de fato e os professores conseguiram atingir 100% do conteúdo planejado;

- as atividades se desenvolveram normalmente inclusive provas e outros tipos de avaliação;

- na classe da aluna em questão, houve uma porcentagem de retenção de apenas 18% (07 alunos);

- o conceito bimestral refletiu o aproveitamento real da aluna, inclusive com arguições orais e outros instrumentos de avaliação;

- a aluna foi avaliada num processo constante, levando-se em conta suas dificuldades e limitações conhecidas dos professores;

- o Conselho reunido analisou com atenção o resultado final;

- a retenção refletiu a decisão dos professores,

por unanimidade.

A Sra. Supervisora após análise do expediente concluiu que:

- a greve criou ansiedade, expectativas e desconforto a alunos, professores e Comunidade, mas não afetou a reposição de aulas, medida autorizada pela S.E., quando na emissão de um novo Calendário Escolar que foi homologado pela D.E.;

- as avaliações se fizeram normalmente, oferecendo a recuperação paralela, como confirmam alguns instrumentos de avaliação anexos ao expediente (às fls. 7-38);

- em um conjunto de seis disciplinas, de natureza promocional por aproveitamento e frequência, a aluna obteve reprovação em quatro: Português, História, Geografia e Matemática;

- os indicadores ressaltados, revelam o cumprimento da legislação, que especifica a não-possibilidade de aprovação ou submissão a recuperação final, a alunos com reprovação em mais de duas disciplinas;

- a aluna não sofreu qualquer tratamento discriminatório.

As autoridades preopinantes são de parecer pelo não-atendimento ao pedido.

2. APRECIÇÃO:

Tratam os autos de recurso contra retenção da aluna Carla Augusta Fernandes Marchezani, aluna matriculada, em 1989, na 6ª série do 1º grau da E.E.P.G. "Chagas Pereira", em Aparecida.

A avaliação do aluno, de acordo com a Lei 5692/71, e prerrogativa da Escola e deve ser procedida de acordo com suas normas regimentais. No âmbito estadual e no presente caso, considera-se o Regimento Comum das Escolas Estaduais e do Primeiro - Grau, aprovado pelo Decreto 10.623, de 26/10/77.

A aluna em questão foi considerada sem direito a participar da recuperação final, por ter obtido conceito final D em 4 componentes curriculares.

Pela documentação anexada aos autos, verifica-se que a escola atendeu às disposições legais, no que diz respeito à avaliação do aproveitamento ao longo do ano letivo, e ao número de instrumentos avaliatórios no bimestre.

Este Colegiado tem pautado sua atuação pelo respeito à autonomia das escolas, considerando que a avaliação do aproveitamento dos alunos é uma atribuição inequívoca e intransferível das unidades escolares. Apenas excepcionalmente e configurada, nitidamente, uma das três seguintes situações, o Conselho Estadual de Educação admite considerar recursos contra a decisão do Conselho de Classe: a) quando se comprova o descumprimento de algum dispositivo legal; b) quando se configura falha evidente do processo de avaliação, discrepando dos procedimentos pedagógicos já consensuais, com indícios claros de atitudes discriminatórias em relação ao aluno; c) quando a retenção ocorreu sem considerar o aproveitamento global do aluno.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso interposto pela mãe da menor Carla Augusta Fernandes Marchezani contra sua retenção na 6ª série do 1º grau da E.E.P.G. "Chagas Pereira", de Aparecida, D.E de Guaratinguetá, DRE de São José dos Campos.

São Paulo, 14 de outubro de 1990.

a) Consª Domingas Maria do C.R.Primiano
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Francisco Aparecido Cordão absteve-se de votar.

Sala "CARLOS PASQUALE", em 06 de março de 1991.

a) Consº João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente